

Edição
design e tecnopolíticas

Seção
artigos temáticos

O corpo datafocado: aplicativos de monitoramento menstrual, capitalismo de vigilância e colonialidade do poder

 **Paulo Victor Barbosa
de Sousa**
paulo.victor@ufc.br
Universidade Federal do
Ceará, CE, Brasil.

 **Elégia Filgueiras
de Freitas**
eligiafilgueiras@gmail.com
Universidade Federal do
Pernambuco, Recife, PE,
Brasil

 **Juliana Aparecida
Coelho da Silva**
julianacoelhodd@gmail.com
Universidade Federal do
Ceará, Fortaleza, CE, Brasil

Resumo: *Menstruapps* são aplicativos de acompanhamento do ciclo menstrual para dispositivos móveis, com registros variados ligados ao período. Diante da sensibilidade crítica dos dados inseridos nessas aplicações, este trabalho aborda os aplicativos de monitoramento menstrual a partir de duas perspectivas teóricas: o capitalismo de vigilância, baseado em dataficação e *big data*; a crítica à colonialidade do poder. Inicialmente, conceituamos e descrevemos os *menstruapps*. Em seguida, desenvolvemos uma articulação teórica entre essas visões, de modo a jogar luz ao status do corpo nesse cenário de dataficação. Ao final, listam-se estratégias com vista a uma transição pluriversal para um cenário despatriarcalizado, desracializado e descolonizado tendo em vista esse tipo de aplicativo.

Palavras-chave: capitalismo de vigilância, corpo, gênero, colonialidade do poder, monitoramento menstrual.

The datafied body: menstrual tracking apps, surveillance capitalism, and the coloniality of power

Abstract: *Menstruapps are mobile apps for tracking menstrual cycles, with various records related to the period. Given the critical sensitivity of the data entered into these apps, this paper addresses menstrual tracking apps from two theoretical perspectives: surveillance capitalism, based on datafication and big data; and a critique of the coloniality of power. Initially, we conceptualize and describe this kind of application. Then, we develop a theoretical articulation between these perspectives, in order to shed light on the status of the body in this scenario of datafication. Finally, we list strategies aimed at a pluriversal transition to a depatriarchalized, deracialized, and decolonized scenario considering this type of application.*

Keywords: *surveillance capitalism, body, gender, coloniality of power, menstrual track.*

1. Introdução

O cenário contemporâneo é de intensa adoção quanto a dispositivos móveis e aplicativos com fins de monitoramento corporal. Dentre eles, destacamos os aplicativos voltados à saúde das mulheres e de pessoas com útero, especialmente aqueles focados no acompanhamento menstrual.

Conhecidos como *menstruapps*¹, esses *softwares* buscam auxiliar no acompanhamento do ciclo menstrual, indicando datas importantes do período, fornecendo explicações sobre o sistema reprodutivo, notificando ocorrências importantes (como ovulação e menstruação) e registrando relações sexuais.

O uso desses *apps* nos leva à *dataficação* de corpos por meio de redes e banco de dados sobre os quais pouco temos domínio. Como resultado,

¹ Formado pela junção de "menstruação" e "app" (Pelúcio, 2022).

vazamentos ou vendas de dados são noticiados, dando indicativos sobre como grandes corporações lidam com nossas informações.

Recentemente, por exemplo, a empresa Meta, dona do WhatsApp, do Instagram e do Facebook, foi levada a julgamento por violar a Lei de Invasão de Privacidade da Califórnia, nos EUA, ao rastrear dados sensíveis de saúde de pessoas usuárias do aplicativo Flo², um dos *menstruapps* mais populares. A acusação afirma que, entre 2016 e 2019, dados sobre ciclo, atividade sexual e planos de gravidez foram repassados à Meta sem consentimento, usados principalmente para publicidade direcionada (Faustino, 2025).

Esses aplicativos geram inquietações quanto ao armazenamento, controle e uso dos dados, seja para fins comerciais, científicos ou governamentais. Num contexto em que boa parte das nossas ações corporais são monitoradas, como deslocamento, sono ou ingestão de calorias, emerge a dúvida de quanta autonomia temos frente às informações que deixamos em rede, bem como sobre o estatuto do corpo nesse cenário sociotécnico.

Este artigo é fruto parcial de uma pesquisa em andamento sobre relações entre gênero, sexualidade e interfaces de um *menstruapp*, e parte dela se desdobra sobre elementos de UI/UX que incidem sobre sua comunicabilidade. Contudo, este artigo específico é de natureza teórica e se concentra em discutir a relação entre corpo, tecnologia e o capitalismo de vigilância, buscando pôr tais leituras em diálogo com perspectivas decoloniais³. Nosso objetivo aqui é construir um fio teórico por meio do qual possamos ter uma lente interpretativa para esses aplicativos a partir da relação entre tecnologias digitais, corporeidade e o capital, entendido como um desenrolar da colonialidade do poder. A proposta é de uma articulação teórica que jogue luz ao status do corpo nesse cenário de dataficação.

Compreendemos que há uma imiscuidade entre a produção de dados e a operação de certos negócios que operam por meios digitais. A seguir, buscamos, portanto, discorrer sobre os *menstruapps*, observando esse tipo de aplicação a partir de lentes interpretativas que evidenciam a dataficação do corpo, sua inserção no capitalismo de vigilância, além de uma busca por alternativas a partir do pensamento decolonial.

² Disponível em <https://flo.health/>.

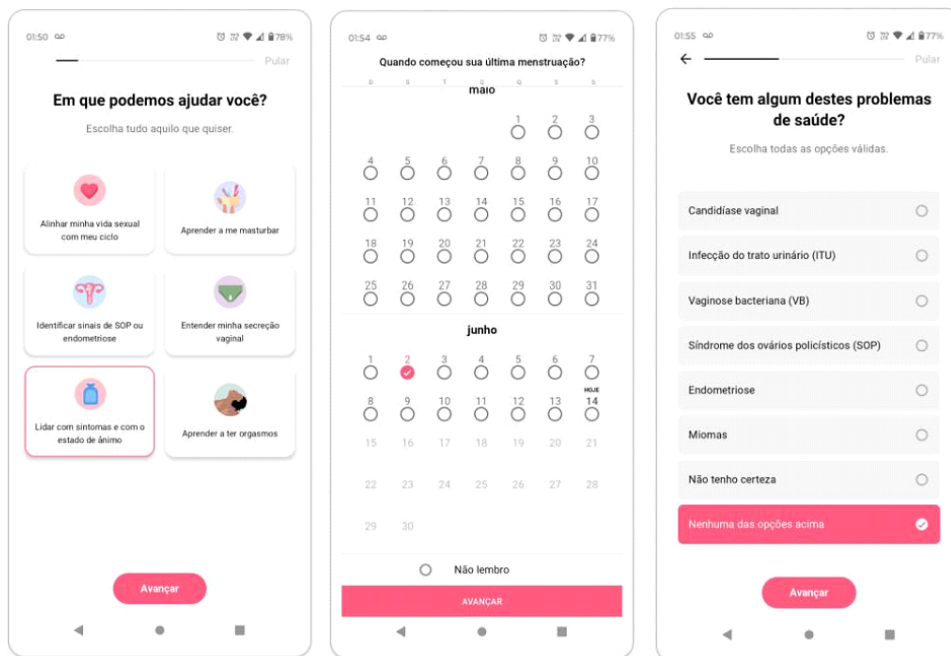
³ Baseada na ideia de que as sociedades colonizadas não se libertaram completamente do colonialismo com suas independências (porque as dimensões institucionais dos processos colonialistas permaneceram), a decolonialidade se refere ao processo de luta contra as heranças do processo de colonização que atravessa as dimensões do poder, do saber e do ser (Escobar, 2003).

2. Acerca dos *menstruapps*

Aplicativos de monitoramento do ciclo menstrual são softwares que prometem acompanhamento desse período, registrando e estimando ocorrências do ciclo. Diferente de calendários e cadernos de anotação, *menstruapps* se pautam na produção de dados sobre o corpo, com o devido armazenamento e correlações entre ocorrências a posteriori. Essas informações seguem concepções biomédicas do ciclo menstrual, sendo alinhados à reprodução mediante o monitoramento de traços sexuais como libido, ovulação, fertilidade e práticas contraceptivas, além das próprias relações sexuais (Paletta; Nucci; Manica, 2020).

O procedimento não é automatizado, requerendo ações deliberadas por parte das pessoas usuárias. Nas telas que compõem suas interfaces, por vezes é necessário fornecer informações primordiais, tais como duração do ciclo e data de início da menstruação. Algumas dessas requisições se encontram na Figura 01, a seguir.

Figura 1 Capturas de tela do aplicativo Flo, a partir de um procedimento de cadastro fictício



Fonte dos autores.

Outras telas podem registrar métodos contraceptivos utilizados, problemas de saúde e sintomas ligados ao ciclo, como fadiga, inchaço e cólica. Além disso, observam-se indicativos de objetivo de uso, podendo ser

prevenção de gravidez ou o acompanhamento do ciclo de outra pessoa. Com o passar do tempo, a coleta dos dados propicia maior precisão na previsão do período (Baumgarten, 2024).

Na loja Google Play Store, o número de *downloads* desses aplicativos pode chegar a 100 milhões, o que expressa o interesse por essas ferramentas. Na tabela 01, há informações retiradas da plataforma Google Play Store e do site Sensor Tower (2025), de todos os *menstruapps* disponíveis na plataforma com ao menos 10 milhões de instalações.

Tabela 1 Aplicativos disponíveis na Google Play Store

Nº de downloads na Play Store	Nome do Aplicativo	Empresa	País de origem	Data de lançamento na Play Store
Mais de 100 milhões	Calendário Menstrual, Ovulação	Simple Design Ltd.	China	16 de março de 2012
Mais de 100 milhões	Calendário Menstrual Flo	Flo Health Inc.	Reino Unido	12 de abril de 2016
Mais de 50 milhões	Calendário Menstrual Clue	BioWink	Alemanha	09 de outubro de 2014
Mais de 10 milhões	Meet You - Rastreo menstrual	MeetYou 2024	China	21 de fevereiro de 2022
Mais de 10 milhões	Calendário Menstrual - Período	SimpleInnovation	Estados Unidos	16 de agosto de 2015
Mais de 10 milhões	Calendário menstrual, Ovulação	Leap Fitness Group	China	19 de setembro de 2017
Mais de 10 milhões	Menstrual Período	Macro Tap	Reino Unido	13 de junho de 2023
Mais de 10 milhões	Calendário Menstrual Lilly	SMSRobot LTD	Sérvia	11 de outubro de 2013
Mais de 10 milhões	Calendário Menstrual	GP International LLC	Estados Unidos	07 de outubro de 2011

Fonte dos autores.

Na comunicação com seu público, esses aplicativos buscam se apresentar como ferramentas eficazes para concepção ou contracepção por conta do seu fundamento científico (Paletta; Nucci; Manica, 2020) – ainda que busquem não substituir profissionais da saúde. Sem dúvida, cumprem um papel relevante para a educação sobre o ciclo menstrual e a reprodução humana, tendo em vista que monitorar o próprio ciclo pode ser visto como autoconhecimento e empoderamento, ideia presente tanto em discursos feministas quanto em textos publicitários dos *menstruapps* (Pelúcio, 2022). Contudo, cabe observar que esse tipo de aplicativo é um indicativo também

de uma oportunidade mercadológica para uma prática corporal que associa educação, disciplina, produtividade e autocuidado com capacidade analítica (Baumgarten, 2024).

Além disso, mediante a forma como são desenhados, cabe o questionamento sobre quais tipos de corpos são representados nessas interfaces, que tipos de dados são produzidos por esses aplicativos e como eles são manuseados perante as diferenças de corpo, gênero e sexo. Pesquisas sugerem que os *menstruapps* seriam vetores das tecnologias de gênero, implicados em modelos de cisgeneridade (Paletta; Nucci; Manica, 2020), ainda que pessoas trans possam utilizá-los como calendários menstruais – mesmo que semioticamente tais interfaces nem sempre lhes sejam aderentes.

Diante da inserção ativa de dados pessoais, entende-se que há um incentivo ao automonitoramento, tomando por base a crença de que esses dados são um caminho para o conhecimento de si. Via de regra, dados quantificados são entendidos como representações mais objetivas de nossa existência, indo além do que vão nossas sensações e experiências.

Embora o conhecimento sobre o próprio corpo favoreça a autonomia e a tomada de decisões, é importante observar possíveis problemáticas advindas da exploração do ciclo menstrual pelo mercado financeiro: uma vez que esses aplicativos são operados por empresas, eles podem ser entendidos como fontes de lucro, para dizer o mínimo. Os *menstruapps*, enquanto ferramentas comerciais e não estatais, implicam dinâmicas de governança e reprodução da vida que fogem à intimidade da pessoa ou do casal, suscitando questionamentos sobre onde estão nossos dados, o que é feito deles e quem os controla.

3. O corpo dataficado pelos *menstruapps*

Nos aplicativos de monitoramento menstrual, tanto os eventos naturais do corpo que menstrua quanto as práticas ligadas à sexualidade são registradas e tabuladas em bancos de dados – processo aqui entendido por *dataficação*. O termo designa a coleta de ocorrências, que são transformadas em dados (blocos unitários e básicos de informação), processadas e analisadas, agora massivamente e não mais por amostras (Mayer-Schönberger; Cukier, 2013).

Na cultura digital, *dataficação* refere-se aos processos de escrita, leitura e reorganização computacional de informações, o que pressupõe o uso de dados digitais. Ainda que haja diferenças entre *dataficação* e *digitalização*

(tradução de coisas e informações analógicas em dados digitais⁴), aqui trataremos os dois processos como indissociáveis, sinônimos na prática, tendo em vista a natureza do funcionamento dos *menstruapps* e sua proximidade conceitual do *quantified self* (Lupton, 2016), a prática de automonitoramento consciente e proposital por meio de dispositivos móveis e/ou vestíveis (*wearables*).

Práticas de *dataficação* dos corpos elaboram um novo status corporal. Nossos elos maquínicos com a tecnologia contrariam uma temida desmaterialização: se antes as leituras mais distópicas davam conta de ideias de territórios *online* “apartados” da fisicalidade (Wellman, 2011), hoje a cultura digital não é um “lugar” segregado, mas uma malha sociotécnica pervasiva da qual pouco conseguimos fugir.

Santaella (2004, 2008) já indicava como a materialidade conta na experiência do ciberespaço, numa crítica à noção pacificada de que a imersão em mídias digitais produziria alguma inatividade do corpo. Num sentido parecido, Farman (2012) destaca a relação da mobilidade com a corporeidade, uma vez que dispositivos móveis⁵ têm uma relação indissociável entre a prática do espaço e os corpos que o habitam: “[...] quando nos envolvemos com o processo de corporificação através de interfaces midiáticas, compreendemos o elo inerente entre nossa prática de corporificação e os espaços que os corpos criam”⁶ (Farman, 2012, p. 21).

O corpo, nesse contexto, vai além da materialidade ou da unicidade por meio das quais geralmente é contemplado. A sensibilidade e os modos de cuidados corporais atuais resultam de um histórico de significação, e nossas atenções ao corpo variam no tempo e no espaço.

Por exemplo, se na Idade Média ocorria uma inseparabilidade entre espírito e matéria (Rodrigues, 1999), no avançar do cartesianismo, contudo, um novo *status* surge para o corpo: esse modo de pensar fundacional do Iluminismo veio a dar permissões antes não ofertadas à materialidade corpórea, propondo-lhe uma cisão até então inconcebível. A máxima “penso logo existo” evoca um espelhamento entre o indivíduo e seu pensamento, o que também separa sujeitos de objetos. O próprio Descartes trouxe uma classificação de cisão: corpo de um lado, à maneira de um objeto (*res extensa*), e mente de outro, em sua imaterialidade pensante (*res cogita*). Quando especifica a condição de humanidade ligada ao

⁴ Dados digitais são aqueles que operam por meio da lógica de dígitos binários (zeros e uns), que é a linguagem básica dos computadores.

⁵ Vale lembrar que *menstruapps* estão disponíveis para dispositivos móveis como celular e tablet, frisando a lógica do *mobile first* e ressaltando o papel desses aparelhos quase como apêndices individuais.

⁶ Tradução nossa para “[...] when we engage the process of enacting embodiment across media interface, we understand the inherent link between our practice of embodiment and the spaces bodies create”.

pensamento por meio do *cogito ergo sum*, Descartes abre as portas para o desencantamento do corpo, fornecendo um alvará de acesso ao seu interior.

Essa separação trouxe um novo lugar para o desconforto diante do paradigma cartesiano: se há dor, ela é indicativa de que algo está errado. Novamente, não é de se estranhar que os *menstruapps* busquem estar sintonizados às angústias típicas do ciclo menstrual, como cólica, enxaqueca, indisposição, dentre outras sensações.

Essa compreensão vai ao encontro do que se desenhou no século XX, quando o emergir da indústria farmacêutica e os avanços da medicina moderna reformularam a saúde. Ações como tocar, cheirar e auscultar, por exemplo, antes indeclináveis, passaram a ocupar um lugar mais periférico em face de diagnósticos realizados por análises laboratoriais preventivas (Bitencourt, 2019). Assim, doenças e sintomas passaram a ser males silenciosos, e o diagnóstico se alinhou a métricas de eficácia tendo em vista não só a saúde, mas também buscando-se aliviar sistemas de saúde e até instaurando novos hábitos relacionados ao corpo, o que vem a desaguar na atual coleta de dados corporais.

A *dataficação* dos corpos parece ser um indicativo de transformação paradigmática frente à leitura do corpo. Se antes nossa corporeidade, pelo menos na tradição ocidental, encontrava-se numa condição de inerência à alma e depois passa a estar deslocada dessa camada espiritual, agora o corpo é observado, escaneado e calculado a partir de um processo contínuo de coleta, processamento e análise de dados, e não apenas com bases científicas, mas crucialmente a partir de uma base capitalista.

4. O corpo no capitalismo de vigilância

Uma crítica aos *menstruapps* passa pela compreensão cada vez mais límpida de que as empresas buscam lucrar com nossos dados. A relação entre a Meta e o aplicativo Flo, mencionada na introdução deste artigo, exemplifica o uso e a comercialização dessas informações — dinâmica também vista em redes de farmácias e outros setores⁷.

Esse cenário pode ser lido a partir do capitalismo de vigilância, expressão que compreende a observação de dados pessoais como recurso econômico. Nas palavras de Shoshana Zuboff, é “uma nova ordem

⁷ Disponíveis em:

<https://g1.globo.com/economia/noticia/2025/02/08/anpd-investiga-raiadrogasil-por-criar-publicidade-a-partir-de-dados-sensíveis-de-consumidores.ghtml> e <https://tab.uol.com.br/noticias/redacao/2025/04/17/uso-de-dados-pessoais-de-saude-para-publicidade-se-espalha-em-farmacias.htm>. Acesso em 30 ago de 2025.

econômica que reivindica a experiência humana como matéria-prima gratuita para práticas comerciais ocultas de extração, previsão e vendas”⁸, estabelecendo uma lógica nociva de economia por meio de concentração de riqueza, baseada no monitoramento e na vigilância (2019, p. 8).

Performado sob a lógica do *big data*, (a extração e o processamento massivos de dados), essa dinâmica do capital tem o fim último de modelar uma conduta social que não apenas produza lucro, mas também gere as fontes de análise para a melhor construção de modelos comportamentais. Esse fenômeno envolve não só a coleta, mas a análise e previsão de nossos atos, estabelecendo novos modelos de negócios e personalização de produtos e de serviços.

[...] o *big data* é, acima de tudo, o componente fundamental de uma nova lógica de acumulação, profundamente intencional e com importantes consequências, que chamo de capitalismo de vigilância. Essa nova forma de capitalismo de informação procura prever e modificar o comportamento humano como meio de produzir receitas e controle de mercado (Zuboff, 2018, p. 18).

O capitalismo de vigilância, assim, ao se enredar nas tecnologias de coleta e processamento de dados, encontra nas interfaces digitais e suas interações mediadas por computador uma fonte profícua para sua atuação. Zuboff (2019) aponta que, diferente das tecnologias mecânicas (que não produzem novos dados), as tecnologias da informação, baseadas em dados digitais, não apenas executam ações segundo ordens humanas ou em substituição às pessoas: elas também são reflexivas, produzindo informações sobre suas próprias atividades, ao modo daquilo que Galloway (2004) compara a “pegadas na neve”, lógica em que a ausência relativa de privacidade é o *default*:

Já foi o tempo em que a palavra “vigilância” estava reservada ao escrutínio específico de suspeitos, escutas telefônicas feitas pela polícia ou por inteligência ligada a estrangeiros. Não mais. A vigilância – a obtenção de dados pessoais para análises detalhadas – agora ocorre rotineiramente, em nível local e global, como um inevitável recurso da vida cotidiana nas sociedades contemporâneas⁹ (Galloway, 2004, p. 244)

⁸Tradução nossa para “A new economic order that claims human experience as free raw material for hidden commercial practices of extraction, prediction, and sales”. A autora traz ainda outras definições para a expressão, mimetizando, de forma sarcástica, um verbete de dicionário. Ao fim e ao cabo, a lista de designações segue uma linha crítica de descrição.

⁹Tradução nossa para “Once, the word ‘surveillance’ was reserved for highly specific scrutiny of suspects, for police wiretapping or for foreign intelligence. No more. Surveillance – the garnering of personal data for detailed analysis – now occurs routinely, locally and globally, as an unavoidable feature of everyday life in contemporary societies”.

Ainda que o termo “vigilância” tenha uma tônica agressiva e se remeta a desconfianças, tem sido essa a palavra utilizada para descrever o cenário contemporâneo, especialmente quando visualizamos um sistema que classifica e organiza, continuamente, as pessoas a partir de seus dados.

[...] a vigilância cotidiana, os sistemas de reconhecimento facial das câmeras, os cartões de crédito, os caixas de supermercado, os aparelhos celulares permitem a classificação à distância, ela é a base da organização dos sistemas de crédito, de estratificação, de seleção social, enfim de deslocamentos físicos, econômicos e sociais das populações (Silveira, 2017, p. 21).

A privacidade, assim, perde seu sentido usual, especialmente quando corporações alegam necessitam de opacidade em seus trâmites com a justificativa de proteção de seus modelos de negócio – o que nos leva a um cenário periclitante para a população: ocorre, portanto, um acúmulo exagerado e desequilibrado de nossas informações face à hegemonia das chamadas *big techs*, o que configuraria uma assimetria de poder:

Três bilhões dos 7 bilhões de pessoas do mundo têm uma ampla gama de atividades diárias mediadas [...] Como resultado da penetrante mediação por computador, quase todos os aspectos do mundo são traduzidos em uma nova dimensão simbólica à medida que eventos, objetos, processos e pessoas se tornam visíveis, cognoscíveis e compartilháveis (Zuboff, 2018, p. 23-24).

Por definição, os *menstruapps* lidam com essa lógica de acumulação, análise e previsibilidade, mesmo que, supostamente, possam lidar com processos bem desenhados de proteção à privacidade. Ainda assim, dentro da lógica geral do *big data*, é possível entender que a mediação do aplicativo está baseada em quatro processos ou etapas (Zuboff, 2018):

1. Extração e análise de dados: ocorrem por meio de transações eletrônicas, câmeras, sensores, *wearables* ou *inputs*, mas numa via unidirecional. As *big techs* extraem e processam nossos dados, mas não temos acesso algum aos dados delas, tampouco sabemos como nossas informações são usadas em detalhe. No caso dos *menstruapps*, os dados sobre o período menstrual são compartilhados pelas próprias pessoas usuárias do aplicativo, voluntariamente. Esse compartilhamento é incentivado pois os algoritmos de previsão dependem dessa alimentação de dados para se tornarem mais “certeiros” nos seus resultados – independente de quais os objetivos de uso. Fora isso, não há clareza sobre como esses dados são utilizados.

2. Monitoramento e contrato: surgem novos modelos de gestão, cobrança e contrapartidas, que diferem largamente de outros modelos já consolidados. A correlação de comportamentos potencialmente pode levar a precificação e condições de serviço injustas, como em casos de seguros ou planos de saúde, sem que haja negociações prévias. Os dados coletados por *menstruapps*, se compartilhados com terceiros, podem acarretar no oferecimento de produtos e serviços específicos às pessoas usuárias. Por exemplo, uma pessoa que deseja engravidar ou que registrou um atraso na menstruação pode receber propagandas de planos de saúde com cobertura obstetrícia, farmácia e medicamentos. Para quem deseja a concepção, pode ser oferecido, dentro do próprio *menstruapp*, um monitoramento mais específico para tanto, caso a pessoa usuária assine algum plano “Pro” do aplicativo. O problema não se encontra tanto na oferta em si, mas na vulnerabilidade emocional em que podemos nos encontrar em determinados momentos – variação inerente à própria humanidade.

3. Personalização: algoritmos de personalização com indicações demasiadamente precisas criariam filtros-bolha¹⁰, retroalimentados por dados pessoais cujos controles já não temos. A personalização nos *menstruapps* ocorre com nossos dados individualizados inseridos nos bancos de dados do aplicativo. Em geral, esses aplicativos respondem de forma personalizada de acordo com o período menstrual de cada uma, não havendo qualquer indicativo de comunalidade.

4. Por fim, somos alvo de uma **experimentação contínua**: aqui temos os grupos de controle em experimentos, como as avaliações de interação, testes A/B, uso de cookies, distinções de conteúdo ou funcionalidade por área geográfica etc., estabelecendo “uma nova fronteira de negócios composta do conhecimento sobre o comportamento em tempo real” (Zuboff, 2018, p. 55), modularizado em vistas à lucratividade.

Em suma, as pessoas que utilizam *menstruapps* funcionam como fontes de dados sensíveis, usados para treinar algoritmos e gerar informações que podem ser usadas apenas para a análise do ciclo menstrual mas também para outros objetivos, se assim a empresa a qual o aplicativo pertence desejar. As pessoas usuárias desses aplicativos podem

¹⁰ Pariser (2011) hipotetiza o filtro-bolha como um enclausuramento metafórico de informações e experiências midiáticas. Em vez de acessarmos novas camadas de informações, cairíamos numa armadilha criada a partir da filtragem dos nossos dados, estabelecendo uma espécie de universo único, individual e isolador.

produzir informações sobre taxas ou intenções de natalidade em um determinado país ou faixa etária, utilização de medicamentos, problemas relacionados ao sistema reprodutor, relações sexuais e entre outras informações valiosas que podem ser armazenadas e analisadas por terceiros.

Toda essa discussão nos coloca diante do fato inescapável de que, nas sociedades informacionais, o produto principal é a informação – dados, portanto, numa dimensão analítica. O fim principal é a modulação comportamental de populações frente a oportunidades de negócios, gerando um ciclo retroalimentado de compra, produção de dados, publicidade, experiências dirigidas, novas compras... Não é de se espantar, pois, que tenha sido o setor financeiro a ser o pioneiro no domínio das tecnologias digitais:

O setor financeiro foi a grande vanguarda do uso intenso e massivo das tecnologias digitais ampliando a velocidade imposta ao processo de reprodução do capital. Investidores buscavam agigantar seus capitais com base nas diferentes camadas da informação: o dinheiro como informação numérica, as informações sobre as tendências dos investidores e sobre os sinais dos mercados (Silveira, 2017, p. 17).

5. Um respiro com a decolonialidade?

Todo esse cenário descrito deve se encontrar com aquilo que significa a modernidade e o modo de vida baseado no capital – com a devida reconfiguração, nos tempos atuais, para um capitalismo pautado em dados e plataformas (Van Dijck; Poell; Waal, 2018; Srnicek, 2019).

A modernidade é a base do modelo socioeconômico atual tendo, junto com o Iluminismo e o cientificismo, uma aliança de poder com o Norte Global (Santos, 2003), poder este obtido a partir do assalto às colônias europeias na América Latina (Quijano, 2005). Como nos diz Quijano, “a modernidade, o capital e a América Latina nascem no mesmo dia” (Quijano *apud* Segato, 2021).

O colonialismo deixou marcas profundas em todas as dimensões da vida humana. O mundo globalizado resulta dos processos históricos modernos, com a promessa de que o desenrolar técnico-científico seria o responsável por quebrar as barreiras de tempo-espço e universalizar o mundo. Essa pretensão de fundar uma visão única, supostamente neutra, revela uma vontade de dominação do Norte Global, domínio esse

pretendido e facilitado pelas tecnologias digitais numa reprodução da chamada colonialidade (Segato, 2021).

Segundo Escobar (2003), esse entrelaçamento de modernidade e colonialidade se expressa em três dimensões: *a) Colonialidade do poder*, tendo a permanência das estruturas coloniais de raça, classe e gênero nas relações econômicas, políticas e sociais; *b) Colonialidade do saber*, com a imposição do conhecimento eurocentrado como universal, desqualificando epistemologias outras; *c) Colonialidade do ser*, com o impacto subjetivo da colonização, que desumanizou povos colonizados e negou sua existência plena. Cabe lembrar que o design, em sua vertente mais tradicional, é fruto de três grandes processos históricos que ocorreram de modo interligado e concomitante, em escala mundial, entre os séculos XIX e XX – eventos que tem grande relação com a lógica da colonialidade – sendo eles a industrialização (reorganização fabril e da distribuição de bens), a urbanização (remodelação da concentração de populações em metrópoles) e a globalização (integração de redes e sistemas, de transporte a finanças).

Todos os três processos passam pelo desafio de organizar um grande número de elementos díspares (...) em relações harmoniosas e dinâmicas. Conjuntamente, esse grande meta-processo histórico pode ser entendido como um movimento para integrar tudo com tudo. Na concepção mais ampla do termo "design", as várias ramificações do campo surgiram para preencher os intervalos e separações entre as partes, suprimindo lacunas com projeto e interstícios com interfaces. (Cardoso, 2008, p. 22-23).

O colonialismo e a colonialidade são modelos sustentados em binarismos hierarquizados com a visão do Norte Global prevalecendo acima das ontologias e epistemologias do Sul Global, tais como as querelas entre cultura e natureza, objeto e sujeito, homem e mulher, razão e emoção, centro e periferia (Quijano, 2005; Cassino, 2021). Nesse âmbito, é importante perceber que as tecnologias digitais, e especificamente os *softwares*, são construídos também por meio de algoritmos que, se não bem observados, reproduzem valores danosos à justiça social, gerando discriminação algorítmica (Silva, 2025), o que, junto com as várias formas de opressão, reproduz as lógicas de poder da colonialidade. Nesse âmbito, o design das interfaces e das interações em *menstruapps* pode reproduzir estereótipos e violências discriminatórias de gênero, raça, sexualidade, etc.

A tecnologia pode ser usada tanto para opressão quanto para resistência (Van Amstel, 2020), inclusive ao mesmo tempo a depender do uso. De um lado, grupos historicamente privilegiados utilizam o poder da

computação para impor prescrição, controle e vigilância sobre os oprimidos, grupos historicamente desprivilegiados. Por outro lado, os oprimidos podem recorrer à subversão, crítica e criptografia como formas de contestar e resistir a esse domínio tecnológico.

Como abordagem para a prática da resistência, trazemos à tona algumas ideias para uma transição para o pluriverso¹¹ – um mundo que cabem muitos mundos – saindo da lógica da Modernidade/Colonialidade de universalidade e assumindo que as várias visões de mundo podem coexistir para a construção de futuros plurais. Essa noção está intimamente ligada à rejeição do modelo capitalista, patriarcal e colonial, e à valorização de cosmovisões ancestrais, comunais e locais que sustentam a vida e os territórios de maneira relacional – ou seja, uma compreensão de que nada existe de forma isolada, e que seres, humanos e não humanos, estão interligados e coemergem nas suas relações (Escobar, Osterweil, Sharma, 2024). Trata-se de um princípio que recusa os dualismos rígidos impostos pela ontologia moderna – como sujeito/objeto e humano/natureza – e coloca no centro da vida as interdependências e vínculos que a constituem.

Escobar, Osterweil, Sharma (2024) apresentam seis estratégias para tanto: 1) Recomunalização da vida social; 2) Relocalização das atividades; 3) Fortalecimento das autonomias; 4) Despatriarcalização, desracialização e descolonização¹² das relações sociais; 5) Reintegração com a Terra; 6) Redes auto-organizadas entre alternativas transformadoras.

Os autores desenvolvem essas estratégias a fim de contribuir com caminhos para um posicionamento teórico-prático dentro da teoria decolonial. Cada uma dessas estratégias refletem outros conceitos abordados por Escobar, Osterweil e Sharma (2024): *a) Territorialidade*, por meio da qual se entende o território como espaço coletivo, histórico e relacional; *b) Comunalidade*, que expressa o “nós” como sujeito da vida, uma ontologia em que existir é viver coletivamente; *c) Autonomia*, referindo-se ao autogoverno e à autopoiese comunitária, práticas políticas que reduzem a dependência do Estado e do mercado, priorizando suficiência, dignidade e convivência; *d) Re-existência*, que busca ir além da resistência, recriando e dignificando a vida diante do extermínio de povos, baseada em memória, ancestralidade e práticas culturais; *e) Pluriversalidade*, que reconhece a existência de múltiplos mundos contra a lógica única do “Um-mundo”

¹¹ O pluriverso é a ideia de coexistência de múltiplos mundos, ontologias e formas de vida, todos igualmente legítimos e possíveis – em oposição ao paradigma moderno ocidental, reconhecendo diferentes modos de existir, conhecer e habitar.

¹² Descolonização é um processo histórico a partir do qual um território se emancipa politicamente do país que o subjuga e sobre ele detém o domínio (Santos, 2018), é o combate direto ao processo de colonização de países postos à margem pela lógica de exploração capitalista.

moderno, abrindo caminhos para transições pós-desenvolvimento e pós-extrativismo; f) *Política no feminino*¹³, se refere às práticas de desidentificação com o capitalismo, o masculinismo, o racismo e com as ontologias da separação que são parte integrante de todas as formas de opressão.

A opressão mediada por interfaces reproduz a manutenção das dicotomias da Modernidade/Colonialidade, buscando manter o poder na mão daqueles que já o detém. No caso dos *menstruapps*, estereótipos podem ser expressos em cores, símbolos e linguagem verbal e não-verbal, transformando quem os utiliza em pessoas usuárias passivas, submetidas às regras de gênero idealizadas pelas corporações, mas também pela submissão à dataficação tendo em vista a lucratividade e a predominância do setor de mercado.

6. Em busca de uma conclusão

Estaríamos num beco sem saída quanto às práticas de vigilância e dataficação dos corpos? Não é possível responder algo dessa grandeza num artigo, especialmente quando tivemos a intenção de correlacionar o corpo, as tecnologias digitais, o capitalismo de vigilância e a decolonialidade a partir de uma abordagem teórica.

Diante do nosso objeto, enxergamos a busca por uma *política no feminino* como um caminho. Essa estratégia se refere a práticas que buscam criar modos de vida não patriarcais, não capitalistas, não racistas e baseados em relações solidárias. É construída em espaços de pensamento centrados na (re)produção da vida em comum, gerando conhecimento não eurocêntrico e não-disciplinar, questionando a divisão entre humano e não humano, resistindo à separação entre observador e observado e colocando a ancestralidade das lutas como força contemporânea na criação da vida presente (Escobar; Osterweil; Sharma, 2024). A política no feminino também contesta a minoritização de corpos postos à margem pelo patriarcado, pelo racismo e pela colonialidade, buscando recuperar a centralidade ontológica na produção de sociabilidade, dignidade e bem-viver.

¹³ Quando os autores usam o termo “feminino”, convidam-nos a pensar outras formas de fazer política, pautadas não na hegemonia branca, moderna e eurocêntrica, mas revalorizando os vínculos com o corpo, o território e a comunidade, bem como sua ética do cuidado, porém dentro de uma perspectiva despatriarcalizada. Para os autores (Escobar; Osterweil; Sharma, 2024), essa abordagem desestabiliza a imposição patriarcal que atribui às mulheres o papel de cuidadoras relacionais, ao mesmo tempo em que lhes nega autonomia sobre seus corpos e economias.

Ao lado da política no feminino, as ideias de *comunalidade* e *autonomia* são essenciais para observar a dataficação de corpos. A *Comunalidade* nos chama a pensar através do nós, não como um amontoado de coisas, mas em uma fluidez, em que a vida humana e não humana se integrem e que a vida seja enraizada, superando as relações dicotômicas da colonialidade – sem hierarquizar cultura acima da natureza ou a individualização acima do comunitário. Enquanto a ideia de *Autonomia* busca a interdependência comunitária, seu impulso é reduzir a dependência dos mercados globais e do Estado e criar instituições onde imperem a autorregulação, a não hierarquia e formas diretas de democracia. As lutas autônomas buscam contrariar a ontologia da escassez imposta pela sociedade econômica, criando aberturas para reconstituir o fazer da vida com base nos princípios da suficiência e da convivialidade (Escobar; Osterweil; Sharma, 2024).

Junto a estes conceitos, buscamos pautar a despatriarcalização, desracialização e descolonização das relações sociais como caminho para repensar as práticas do design de interfaces digitais: se a máxima feminista latino-americana afirma que colonialismo, racismo e patriarcado são manifestações interligadas à díade Modernidade/Colonialidade, não há de(s)colonização sem despatriarcalização e desracialização.

Parte dos esforços frente ao desenvolvimento (ou à crítica) de aplicativos como os *menstruapps* deve passar pelo enfrentamento a tais questões, especialmente quando observados os corpos dataficionados e explorados a partir de uma dimensão de interseccionalidade. O desenvolvimento de interfaces digitais não deveria passar incólume a esses pontos. As decisões que implicam determinados desenhos, operações, funcionalidades, requisitos, etc. não são neutras e correspondem a desejos específicos das corporações. Por mais que não haja novidade neste ponto, é crucial frisar essa relação de imiscuidade entre o capital e o design.

Essa leitura de transformação pode e deve dialogar com o corpo em rede por meio da coleta e análise de dados pessoais. As decisões de design (tanto na dimensão estética quanto na funcional) não escapam à leitura científica oriunda da modernidade. O foco que se lança sobre os ciclos menstruais e as ocorrências que lhes são comuns (enxaqueca, cólicas, aumento de libido, etc.) é uma correspondência daquela visão que enquadra o corpo a partir de uma perspectiva de análise sintomática. *Menstruapps* (e outros aplicativos similares, como aqueles voltados a atividades físicas ou monitoramento de taxas metabólicas) são, em alguma medida, fruto desse olhar sobre o corpo: a modernidade separa espiritualidade e fisicalidade,

esquarteja o corpo (literal e metaforicamente) e o coloca em escrutínio tendo em vista suas métricas de eficácia e eficiência.

Como já vimos anteriormente, o capitalismo de vigilância se vale de uma tríade pautada na extração de dados, previsão de ações e vendas efetiva, o que nos deixa num lugar (quase) passivo de consumidores em potencial, num ciclo de coleta e análise de dados, personalização de experiências e, de novo, coleta/análise. Essa perspectiva de acumulação tem se mostrado perigosa num mundo em que *big techs* operam ora sem leis prévias e claras, ora à revelia de legislações já existentes. Sob a égide capitalista, esse mesmo corpo é fonte de dados, público-alvo e produto numa rede que o analisa continuamente.

Para trabalhos futuros decorrentes desse artigo, pretendemos avançar na identificação, descrição e análise de elementos de interface dos *menstruapps*, de modo a apontar mecanismos persuasivos para a coleta de dados, bem como compreender a construção de um ideal de gênero nesses *softwares*. Igualmente importante é buscar formas alternativas de desenho de interfaces para *menstruapps*, num exercício de especulação a partir das estratégias lançadas aqui.

Referências

- BAUMGARTEN, N. **Datafocado a menstruação**: uma etnografia com um aplicativo de monitoramento do ciclo menstrual. Dissertação de Mestrado, São Paulo: Universidade de São Paulo, 2024.
- BAUMGARTEN, N. Menstruapps: da datificação de sujeitos menstruantes à biopolítica de si. **Anais da ReACT – Reunião de Antropologia da Ciência e Tecnologia**, v. 5, n. 5, 2022.
- BITENCOURT, E. **Smartbodies – Corpo, tecnologias vestíveis e performatividade algorítmica**: um estudo exploratório dos modos heurísticos de corporar na plataforma Fitbit. Tese de doutorado, Salvador: UFBA, 2019.
- CARDOSO, R. **Uma introdução à história do design**. São Paulo: Edgard Blücher, 2008.
- CASSINO, J. F. O sul global e os desafios pós-coloniais na era digital. In: CASSINO, J. F.; SOUZA, J.; SILVEIRA, S. A. da (Org.). **Colonialismo de dados**: como opera a trincheira algorítmica na guerra neoliberal. São Paulo: Autonomia Literária, 2021. p. 7-28.
- ESCOBAR, A.; OSTERWEIL, M.; SHARMA, K. **Relationality**: an emergent politics of life beyond the human. Durham: Duke University Press, 2024.

ESCOBAR, A. Mundos y conocimientos de otro modo: el programa de investigación de modernidad/colonialidad latinoamericano. **Tabula Rasa**, Bogotá, n. 1, p. 51-86, 2003.

ESCOBAR, A. **Sentipensar con la tierra**: nuevas lecturas sobre desarrollo, territorio y diferencia. Medellín: Universidad Autónoma Latinoamericana, 2014.

FARMAN, J. **Mobile Theory Interface**: Embodied Space and Locative Media. New York: Routledge, 2012.

FAUSTINO, F. Meta coletou dados de ciclo menstrual e gravidez ilegalmente, conclui Justiça dos EUA. **Tecnoblog**, 6 ago. 2025. Disponível em: <https://tecnoblog.net/noticias/meta-coletou-dados-de-ciclo-menstrual-e-gravidez-ilegalmente-conclui-justica-dos-eua>. Acesso em: 28 ago. 2025.

GALLOWAY, A. **Protocol**: How control exists after decentralization. Cambridge, MA: MIT Press, 2004.

GOOGLE LLC. **Google Play**. Disponível em: <https://play.google.com>. Acesso em: 03 nov de 2025.

LUPTON, D. **The quantified self**. Cambridge: Polity Press, 2016.

MAYER-SCHÖNBERG, V.; CUKIER, K. **Big data**: A revolution that will transform how we live, work, and think. New York: Houghton Mifflin Harcourt, 2013.

PARISER, E. **The Filter Bubble**: What the Internet Is Hiding from You. New York, The Penguin Press, 2011.

PALETTA, G. C.; NUCCI, M.; MANICA, D. Aplicativos de monitoramento do ciclo menstrual e da gravidez: corpo, gênero, saúde e tecnologias da informação. **Cadernos Pagu**, n. 59, 2020.

PELÚCIO, L. Sangue na rede: Mercado menstrual, menstruapps e tecnopolíticas de resistências. **Política & Sociedade**, v. 21, n. 51, p. 95-118, 2022.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: QUIJANO, A. **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

RODRIGUES, J. C. **O Corpo na História**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1999.

SANTAELLA, L. **Corpo e Comunicação**: sintoma da cultura. São Paulo: Paulus, 2004.

SANTAELLA, L. O corpo como sintoma da cultura. **Comunicação, Mídia e Consumo**, v. 1, n. 2, p. 139-157, 2008.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2003. 174 p.

SANTOS, V. Notas desobedientes: decolonialidade e a contribuição para a crítica feminista à ciência. **Psicologia & Sociedade**, Vol. 30, 2018.

SEGATO, R. **Crítica da colonialidade em oito ensaios**: e uma antropologia por demanda. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021. 346 p.

SENSOR TOWER. **Market Intelligence for the Global Digital Economy**.

Disponível em: <https://app.sensortower.com>. Acesso em: 03 nov. 2025.

SILVA, T. **Mapeamento de Danos e Discriminação Algorítmica**. Desvelar, 2025.

Disponível em: <https://desvelar.org/casos-de-discriminacao-algoritmica/>.

Acesso em: 29 ago de 2025.

SILVEIRA, S. A. **Tudo sobre tod@s**: redes digitais, privacidade e venda de dados pessoais. São Paulo: Edições SESC, 2017.

SRNICEK, N. **Platform capitalism**. Cambridge: Polity Press, 2017.

VAN AMSTEL, F. Preconceitos na Interação Humano-Computador. **Blog**

Usabilidoido, 2020. Disponível em:

htm.br/preconceitos_na_interacao_humano-computador.html. Acesso em:

29 ago de 2025.

VAN DIJCK, J; POELL, T; WAAL, M. **The Platform Society**. New York: Oxford University Press, USA, 2018.

WELLMAN, Berry. Studying the Internet Through the Ages. In: Consalvo, Mia; Ess, Charles. **The Handbook of Internet Studies**. Blackwell Publishing, 2011, pp. 17-23.

ZUBOFF, S. Big Other: capitalismo de vigilância e perspectivas para uma civilização de informação. In: Bruno, Fernanda. **Tecnopolíticas da vigilância**: perspectivas da margem. São Paulo: Boitempo, 2018.

ZUBOFF, S. **The age of surveillance capitalism**: the fight for a human future at the new frontier of power. New York: Public Affaris, 2019.

Recebido: 31/08/2025

Aceito: 03/11/2025

Publicado: 08/01/2026

Editoras-Chefe:

 Barbara Necyk

 Carolina Noury

© Copyrights

Paulo Victor Barbosa de

Sousa, Elígia Filgueiras de

Freitas, Juliana Coelho

A revista Arcos Design está
licenciada sob uma licença
Creative Commons

Atribuição – Não
Comercial – Compartilha
Igual 4.0.

Não Adaptada.

